Trabalho apresentado no 16º CBCENF

Título: O PARADIGMA DA ALIENAÇÃO SOCIAL DIANTE A BUSCA DA ACESSIBILIDADE DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Relatoria: TIFFNAY DAVVAED DAVVID DE FRANÇA SOUZA

Autores: JULIANA GOMES BASTOS
ALINE GOMES AMORIM
MARIA VALQUÍRIA LOPES PEDROSA CHAGAS
ELAINE KRISTHINE ROCHA MONTEIRO

Modalidade: Pôster

Área: Cidadania, alienação e controle social

Tipo: Pesquisa

Resumo:

INTRODUÇÃO: A alienação social condiz na incapacidade do indivíduo de se conceber como ator social, capaz de formular estratégias para as dificuldades e problemas encontrados diante da sociedade que passa a ser fragmentada e decomposta perante a interesses conflitantes. Diante disso a alienação impossibilita a formação de uma consciência crítica, gerando no homem uma visão pré-estabelecida impessoal e externa mediante a realidade, extermina a autonomia do agir do sujeito social, aniquilando assim suas vontades e principalmente impede com que haja como um cidadão de uma coletividade igualitária de bens e acesso aos serviços necessários para uma tão sonhada qualidade de vida. OBJETIVOS: Identificar por parte da população o quanto a alienação impossibilita a melhora dos serviços prestados a sociedade e quanto à consciência crítica gera intervenções nesses serviços. METODOLOGIA: Trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada em revistas de saúde, periódicos e pela internet nas bases de dados LILACS e SCIELO, com artigos publicados no período entre 2009 e 2011. Foram selecionados 20 artigos que tratavam do assunto, sendo estes publicados na íntegra e online. RESULTADOS: No âmbito da saúde, a alienação impede com que os usuários sejam capazes de enxergar seus direitos e deveres sanitaristas, os coíbe de viver, de decidir, de lutar pelo acesso à saúde, para a extinção de filas para transplantes, marcação de exames, atendimento médico, hospitais defasados, saúde precária, cura gay, bolsa estupro. O alienado se condiciona e se corrompe por segunda intenção, aceita calado a saúde que é imposta de ?goela abaixo?. Contudo, fica mais fácil governar e dizer que se faz saúde, já que grande parte da população brasileira está programada para aceitar o que lhe é imposto. Dos poucos 49 milhões que restam estão cobertos por planos de saúde, onde em sua maioria fingem não reconhecer a inviabilização de um sistema universal estratificado, sendo que na verdade se alienam por não querer lutar e não querer precisar da escassez que se chama Saúde Pública no nosso grande Brasil. CONCLUSÃO: Entender o que é dever e o que é direito é peça-chave na mudança da oferta de serviço do Sistema Único de Saúde. Gerar uma sociedade pensante, ofertar conhecimento e estabelecer mudanças é a modificação que precisamos para gerar uma nova realidade.